

Guerra Colonial significou para os que foram parte da violência que foi cometida em África; não se pode compreender a ‘Guerra Fria’ sem os ‘momentos quentes’ constituídos pelas guerras patrocinadas no Sul global em nome da manutenção da presença colonial-capitalista; e não se podem compreender as ‘guerras civis’

que continuaram a deflagrar na África Austral sem referência à aliança colonial e aos interesses das potências capitalistas globais que, naquela região, haveriam de sobreviver à queda do Império português” (p. 11), a leitura desta obra recomenda-se.

*Carolina Barros Tavares Peixoto*

**Eduardo Lourenço (2014), *Do colonialismo como nosso impensado*. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 348 pp.**

Filósofo e ensaísta português, há muito radicado em França, Eduardo Lourenço emerge no cenário intelectual português como um dos mais irreverentes pensadores sobre a “portugalidade” ou, por outras palavras, sobre o que é “ser-se português”. No livro *Do Colonialismo como nosso Impensado* (2014) é-nos também revelado um surpreendente pensador anticolonial. Ou melhor, um forte desconstrutor da mitologia colonial na qual o Portugal contemporâneo se encontra alicerçado. Retratando Portugal como um país que construiu a sua história extrapolando as fronteiras europeias, Eduardo Lourenço problematiza o colonialismo português desde a tão celebrada epopeia marítima até à lusofonia contemporânea.

Reunindo textos “publicados e inéditos, completos e fragmentários” (p. 13), esta edição surge pela mão de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, ainda que orientada pelo próprio Eduardo Lourenço. Nem todos os textos apresentam uma datação precisa, ainda que os ensaios obedeçam a uma lógica cronológica, dividida em quatro partes, sendo estas: “Limiar: Contornos e Imagens Imperiais”, “Crítica da Mitologia Colonialista” (década de 60 até 1974), “No Labirinto dos Epitáfios Imperiais” (1974/75 e depois) e “Heranças Vivas”. Contudo, é curioso observar como

ao longo do livro somos sistematicamente confrontados com interrogações reiteradamente visitadas. Sendo o fio condutor uma profunda reflexão sobre as diferentes formas que o colonialismo português assumiu, esta investida não desenha uma linha unidirecional que percorre diferentes momentos históricos, mas antes uma espiral onde as mesmas perguntas, os mesmos interditos e traumas vão emergindo repetidamente: no Estado Novo, no quadro da revolução aberta com o 25 de Abril e ainda no contexto criado com a entrada de Portugal na União Europeia.

Assim, ainda que o texto mais antigo remeta a 1958 e o mais recente a 2003, nada se perde em atualidade histórica. Nos textos que antecedem a Revolução de Abril surpreendemo-nos com a lucidez provocadora com que Eduardo Lourenço problematiza a relação entre Portugal e o Brasil. Primeiro, contrapondo o modo como a antiga colónia era apresentada pelo regime de Salazar enquanto exemplo de um colonialismo triunfante que chegou aos limites naturais de civilização e desenvolvimento, tendo consequentemente a sua independência sido entregue a uma elite branca. Em segundo lugar, desmontando a apologia do Brasil como referência de uma mestiçagem, celebrenemente exaltada por Gilberto Freyre, Eduardo Lourenço

conduz-nos a uma viagem ao avesso, revelando como o mito lusotropicalista foi, tardia e estrategicamente, incorporado no regime ditatorial por forma a absolver o colonialismo português, convenientemente considerado o mais brando entre os colonialismos: “Salazar quis administrar aos olhos do mundo a prova que o nosso colonialismo é de essência positiva e radicalmente diferente dos outros” (p. 29). E o Brasil era a nação capaz de provar essa vocação lusotropical para “coabitação ativa e interpenetração racial” (p. 37), constituindo-se como uma “Tábua de salvação de afogados há muito na água de contradição histórica do colonialismo nacional” (p. 60).

É com esta preocupação que o autor procura desmontar o discurso legitimador da política ultramarina que, baseado na ideia de uma nação multirracial e pluricontinental, defendia servir melhor os interesses africanos. No ensaio “O Preto no Branco”, em particular, é exposto como, paralelamente à ação bélica, foi montada uma máquina de propaganda que prometia tornar as províncias ultramarinas (com especial destaque para Angola) novos Brasis, razão pela qual Salazar defendia que “Angola não precisa de se libertar, porque já o está” (p. 72).

Se Eduardo Lourenço nos questiona sobre a apatia que envolveu a sociedade portuguesa perante a intervenção militar e propagandística, coloca especial ênfase nos setores opostos ao regime que, à semelhança deste, nunca se questionaram sobre o que na sua ação havia de colonialista. Assim, as demandas da esquerda encontravam-se também subordinadas “aos imperativos e interesses da Nação colonizadora” (p. 113), sendo que para estes a colonização era também “motivo de orgulho, proveito e consolação” (p. 124). Por esse motivo, Eduardo Lourenço defende que a esquerda portuguesa não soube no seu devido tempo

“refletir e explicar ao povo português o drama africano que a História lhe entregou para resolver” (p. 240).

“Deitámo-nos ao mar por não saber o que fazer em terra” (p. 148) é uma das frases mais fortes de Eduardo Lourenço, ao defender que as colónias surgem como um forma de compensar Portugal “pela sua pequenez ou como um meio de a tornar invisível” (p. 152). Ao desbravar a encruzilhada da consciência portuguesa atual, é-nos revelado como a herança colonial portuguesa, que iniciou o seu percurso há mais de 500 anos, continua por resolver enquanto questão decisiva da identidade portuguesa. Perante tão pesada herança, na qual a Guerra Colonial e os “retornados” avultam como espectros, o autor alerta ser essencial acabar com o “psicodrama de raiz africanista em que todos participámos ou participamos para exorcizar os demónios de uma aventura histórica mal terminada com aparência de bem terminada ou vice-versa” (p. 186). O autor confronta-nos com uma espécie de amnésia coletiva, como se um país inteiro sofresse de *stress* pós-traumático e quisesse esquecer-se de uma parte significativa da sua História, com a qual não sabe lidar. Num dos seus ensaios após Abril de 1974, o autor sugere: “é notório que uma parte da nossa classe política e a opinião com ela solidária age como se o pesadelo africano tivesse terminado na manhã de 25 de Abril” (p. 164). O facto de se ter procurado esquecer o quanto os territórios ultramarinos foram governados com “mão de ferro” e depois a “ferro e fogo” (p. 191) fundou a uma omissão que levou a que o processo de “reconstrução pós-colonial” fosse também um momento imbuído de colonialismo. Segundo o autor, se durante a “missão civilizadora” não houve qualquer preocupação em conhecer os problemas e demandas dos colonizados, o mesmo se verificou no período pós-colonial.

Longe de se questionar a história colonial portuguesa e o seu lastro de racismo e violência, revisitou-se a já referida parábola do Brasil: apresentaram-se as novas nações independentes como novas pátrias lusas ou lusitanas, países fraternos com relações privilegiadas com a antiga metrópole, no que Eduardo Lourenço considera o mais “desvariado dos nossos sonhos imperiais” (p. 235). E assim, foi possível falar um final pretensamente conciliador para 500 anos de colonialismo que terminaram com 13 anos de uma violenta Guerra Colonial. O processo de descolonização foi assim acompanhado “das mesmas ficções, dos mesmos fantasmas que durante séculos estruturaram a existência sonâmbula do nosso colonialismo inocente” (p. 212). A reconstrução pós-imperial muniu-se dos mesmos expedientes ideológicos que haviam legitimado o colonialismo, uma vez que “de povo colonizador por excelência, multiespacial e racial, passámos a nação criadora de nações” (p. 280). Neste sentido, a ideologia colonial pela qual Portugal se regou durante tantos séculos, ainda que tenha terminado na prática, continuou a existir no plano simbólico. Prova disso a nostalgia – quando não ressentimento – que persiste face à perda dos territórios ultramarinos.

No processo de descolonização – e Eduardo Lourenço questiona-nos se o podemos assim nomear, uma vez que não existiu qualquer projeto de conversão do antigo estatuto colonial para outro – conceitos fundamentais como autodeterminação e independência tiveram significados diferentes e nada fraternos para Portugal e para as antigas colónias. E hoje, o centro da política portuguesa continua a ser a manutenção de uma relação política e económica privilegiada com as nações que emergiram do império. De facto, o problema de Portugal não era/é a sua identidade, mas sim o excesso com que esta é vivenciada, ao que o autor chama de hiperidentidade (p. 277), sendo este um

dos eixos centrais da sua reflexão, já presentes em outros trabalhos, nomeadamente em *O Labirinto da Saudade*. Ao lermos os seus ensaios mais recentes, compreendemos como a Europa deixou de constituir uma alternativa viável para invisibilizar a nossa “pequenez” e assim, ainda que a Revolução de Abril tenha correspondido a “uma amputação real do nosso espaço imperial ultramarino” (p. 269), a política externa nacional tem continuado a manter a ficção que nesta se apoiava. Para Eduardo Lourenço existe ainda um “longo caminho a percorrer para que um dia existamos uns para os outros fora do envenenado círculo de um mútuo e oposto ressentimento: o das novas nações terem sido colonizadas e o de Portugal as ter perdido como imaginário e real prolongamento seu” (p. 216).

Se com o regime salazarista não era permitido discutir a questão africana, “após o 25 de Abril tudo se passa como se não fosse necessário discutir os problemas africanos” (p. 203). Por esse motivo, mais do que identificar propriamente ruturas, Eduardo Lourenço revela-nos as continuidades do que herdamos do final do império como “nosso impensado”. Da dificuldade inerente em assumirmos o país pequeno que sempre fomos, à tentativa falhada de incorporar enquanto memória nacional que a colonização portuguesa “foi o que todas as colonizações do mundo sempre foram: exploração sistemática de terras e povos autóctones acompanhada da tentativa mais radical ainda da despossessão do seu próprio ser ser profundo” (p. 66). Do livro emerge a urgência de responder à pergunta: Quem somos nós sem o império? Perante isso Eduardo Lourenço lança duas problemáticas essenciais para compreender o Portugal pós-colonial: o envolvimento da sociedade portuguesa na causa timorense em setembro de 1999, que originou uma catarse coletiva em Portugal, e o envolvimento do Governo

português nas comemorações dos 500 anos da “Descoberta” do Brasil. Assim, ao lermos ensaios que foram redigidos ao longo de quatro décadas torna-se impossível deixar de notar o seu carácter fragmentário,

este é superado pela coerência histórica dos argumentos que sustentam a visão crítica de Eduardo Lourenço.

Catarina Laranjeiro

**Andy Bennett (2013), *Music, Style, and Aging: Growing Old Disgracefully?* Philadelphia, Pennsylvania: Philadelphia Temple University Press, 210 pp.**

Andy Bennett tem passado as últimas duas décadas a reinterpretar a *popular music* sob um prisma pós-subculturalista e do *cultural turn*, adensando uma linha de investigação determinante à escala mundial com lastro nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália e nos diferentes países europeus, incluindo Portugal. A reinterpretação da Escola de Birmingham e dos *cultural studies* tem ocupado um lugar central na sua obra, sendo de destacar o estudo seminal que fez em conjunto com Richard A. Peterson – *Music Scenes: Local, Translocal and Virtual* (2004).<sup>1</sup> A obra *Music, Style, and Aging: Growing Old Disgracefully?*, recentemente editada, surge como corolário do intenso percurso académico do autor e pretende lançar os pilares para o desenvolvimento de um debate muito importante que se prende com a permanência de vinculações (sub)culturais ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Isto é, trata-se de perceber, com detalhe, como os hábitos, práticas e atitudes dos entusiastas do *rock*, do *punk* e da *electronic dance music* moldam os seus estilos de vida à medida que envelhecem. Esta questão, já afluída por Bennett em “Punk’s Not Dead: The Continuing Significance of Punk Rock for an Older Generation of Fans” (2006),<sup>2</sup> assume

total relevância num contexto de envelhecimento das sociedades de capitalismo avançado plenas de recursos (técnicos e estilísticos) para o acompanhamento dos gostos num processo de (re)afirmação e (re)apropriação incessante de estilos de vida e de práticas de *musical fandom* (marcas corporais, estilos de vestuário e penteados, frequência de concertos, participação em grupos de discussão e de fãs, compra de discos e outros registos fonográficos, coleção de objetos e *memorabilia*, acompanhamento mediático, entre outros). De forma emblemática, Bennett propõe aqui a introdução de uma quarta cena musical para além da local, da translocal e da virtual – a afetiva. As cenas afetivas decorrem do envelhecimento e radicam nas memórias/readaptações geracionais partilhadas e experiência cultural de determinadas músicas ao longo do tempo. Ora, esse “conhecimento e sentimento partilhados” reúnem participantes numa cena afetiva (p. 61) cujo principal trunfo se centraliza no ensejo de uma abordagem diacrónica dos gostos, pertenças e identidades musicais muito para além de uma hegemonia etária, apanágio das teses subculturalistas iniciais. Neste seu mais recente trabalho, Bennett recupera a expressão de Simon Frith em que este

<sup>1</sup> Bennett, Andy; Peterson, Richard A. (2004), *Music Scenes: Local, Translocal and Virtual*. Nashville: Vanderbilt University Press

<sup>2</sup> Bennett, Andy (2006), “Punk’s Not Dead: The Continuing Significance of Punk Rock for an Older Generation of Fans”, *Sociology*, 40(2), 219-235.